



## Na trilha do não-impossível: utopia, estranhamento e *pitié* através da ficção científica

On the trail of non-impossible: utopia, estrangement and *pitié* via science fiction

Diogo Cesar Nunes<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo pretende realizar uma leitura histórica e filosófica da Ficção Científica, literatura do “estranhamento cognitivo”, considerando sua relação com a Modernidade e com a Utopia, e explorando sua capacidade de proporcionar uma peculiar experiência de alteridade: a empatia com o extremo-outro, baseada no sentimento paradoxal de identificação e terror que sua narrativa permite provocar.

**Palavras-chave:** Ficção Científica – Utopia – Estranhamento – Modernidade – Alteridade

**Abstract:** This paper intends to make an historical and philosophical interpretation of Science Fiction – the literature of “cognitive estrangement” –, relating it to the Modernity and Utopia, and exploring their possibility of causing an unique experience of otherness: empathy with the other, from the paradoxal sense of identification and terror that their narrative allows.

**Keywords:** Science Fiction – Utopia – Estrangement – Modernity – Otherness

No presente ritmo de progresso é impossível imaginar qualquer  
façanha técnica que não possa ser realizada.  
Arthur C. Clarke.

Na introdução de *A Condição Humana*, publicado originalmente em 1958, Hannah Arendt cita o lançamento do Sputnik como um marco da ciência moderna, chamando atenção para um dado, de certo modo sutil, mas de grave importância: a reação “espontânea” que “encheu o coração dos homens que, agora, ao erguer os olhos para os céus, podiam contemplar uma de suas obras”, não foi orgulho nem assombro, mas alívio frente ao que foi entendido como “o primeiro passo para livrar o homem da sua prisão na Terra”<sup>2</sup>. (ARENDR, 2004, p. 9).

O sentimento de alívio citado e explorado por Arendt nos abre duas

---

1 Historiador, mestre em Psicologia Social (UERJ). Professor da UNIABEU Centro Universitário, atuando no Laboratório de Práticas e Saberes Psicossociais – LAPS; pesquisador do Grupo de Pesquisa Subjetividade, Narrativas, Imagens (UERJ/Cnpq).

2 A frase em questão, *first step toward escape from men's imprisonment to the Earth*, foi publicada na capa do *The New York Times*, em outubro de 1957.

vias de reflexão sobre a modernidade que nos parecem reciprocamente complementares. Primeiro, diz Arendt, os “homens estão décadas à frente”, em sonhos, das descobertas da ciência e dos efeitos da técnica, de modo que muitas das “novidades” técnico-científicas do século XX teriam sido “antecipadas” pela Ficção Científica. Segundo, se a modernidade já vinha experimentando um afastamento do Deus “Pai” celestial, haveria agora de ensaiar “um repúdio ainda mais funesto” à Terra, “Mãe de todos os seres vivos sob o firmamento” – vista, então, como “prisão”. (Idem, p. 10).

Como escreveu Arthur C. Clarke (1970, p. 102), “o caminho para as estrelas foi descoberto em tempo. A civilização não pode existir sem novas fronteiras; precisa delas física e espiritualmente”. Uma vez que cartografada, mapeada e “dominada” toda a superfície terrestre, o desejo utópico de escapar do conhecido, revelado em Thomas Morus na projeção da ilha Utopia – “descoberta” pelo navegador Rafael Hitlodeu –, teria se lançado sobre novos limites, sonhando com outros desconhecidos, sobretudo o espaço sideral e o futuro.

Decerto, a fuga de Gaia não é, a rigor, uma imagem moderna, como atestam Plutarco (*Na Superfície do Disco Lunar*) e Luciano de Samósata (*Vera Historia*). Mas a sua conexão com o futuro, a conquista do espaço projetada no tempo porvir, diz não somente sobre a Ficção Científica, mas sobre uma certeza amplamente compartilhada no mundo moderno de que “qualquer façanha técnica” possa se realizar. Arthur C. Clarke, que não somente legou à Ficção Científica leituras obrigatórias, como era também físico e matemático, sacramentou: a sociedade do futuro será baseada na tecnologia, e a ciência a dominará “ainda mais do que já domina o presente” (Idem, p. 9)<sup>3</sup>. Na esteira do desenvolvimento técnico e científico, nada que a imaginação projete e sonhe parece impossível à razão.

Se não duvidava do caráter tecnológico do amanhã, Clarke se mostrou também otimista quanto à ética da realização deste futuro, ao dizer que política e economia (que “tratam do poder e da riqueza, coisas que não deveriam ser os interesses primordiais, e ainda menos exclusivos, de homens inteiramente

---

3 O original, *The Profiles of the Future: an Inquiry into the Limits of the Possible*, fora publicado em Nova Yorke, em 1962, baseado em ensaios escritos entre 1959 e 1961.

adultos”) “deixarão de ser no futuro tão importantes como foram no passado” (p. 10-9). No futuro, pois, a humanidade alcançará a sua maioria; se a civilização ainda se vê presa ao poder e à riqueza, é porque a ciência ainda não “aclarou” todas as dimensões da vida, e nos encontramos, assim, coletivamente, em minoridade e atraso.

Ao associar dinheiro e poder à miséria moral e, como um todo, social, Clarke renova uma posição utópica que, em Morus (1958, p. 35), deve “admiração e estima” àqueles que não os procuram: ambos elementos contribuem para a desigualdade social, e “a felicidade pública”, diz, só é possível a partir do “princípio da *igualdade*”. “Antecipando” a crítica moderna à propriedade – já que se antecipa mesmo ao liberalismo –, Morus, através da voz do personagem Rafael Hitlodeu, sugere que:

[...] o único meio de distribuir os bens com igualdade e justiça, e de fazer a felicidade do gênero humano, é a abolição da propriedade. Enquanto o direito à propriedade for o fundamento do edifício social, a classe mais numerosa e mais estimável não terá por quinhão senão miséria, tormentos e desesperos. (Idem, p. 67).

Por outro lado, ao apostar que o desenvolvimento tecnológico assumirá a dianteira do progresso ético, o otimismo de Clarke se alia a um entusiasmo tecnocrata que, como disse Baudelaire, em texto sobre a Exposição Universal de 1855, confunde as “diferenças que caracterizam o mundo físico [do] mundo moral”: “Pergunte a qualquer bom francês, que lê diariamente o seu jornal no seu café, o que entende por progresso”, provocou o poeta em meados dos oitocentos, “e ele reponderá que é o vapor, a eletricidade e a iluminação a gás, milagres desconhecidos dos romanos”. (BAUDELAIRE, 1995, p. 775).

A “ideia de progresso da humanidade como um todo”, disse Hannah Arendt (2001, p. 26), que no século XVIII fora uma “opinião bastante comum entre os *hommes de lettres*”, no XIX veio a ser “um dogma quase universalmente aceito”. Século XIX que, nas palavras de Walter Benjamin, foi não somente um “espaço de tempo”, mas “um sonho de tempo” em que a consciência coletiva (sic) mergulhou “em um sonho cada vez mais profundo”.

(BENJAMIN, 2007, p. 434). Século da concretização do mundo/projeto moderno, com “feitos” que acabaram retro-alimentando (ou embalando) o próprio sonho da Modernidade, que, dizemos “benjaminianamente”, se renovou sem despertar: na ciência, na técnica, no maquinário industrial, no cotidiano metropolitano, e, também na filosofia, a hegemonia de uma razão que já vinha ensaiando seu salto derradeiro – a razão subjetiva<sup>4</sup>. Século do capitalismo: fenômeno “com o qual um novo sono, repleto de sonhos, recaiu sobre a Europa e, com ele, a reativação de forças míticas”. (Idem, p. 436).

O mundo moderno, que é um mundo do não impossível, viu a entrada da tecnologia científica (ou da ciência tecnológica) na vida social e cotidiana como chave para a superação de naturais – ou, ao menos, ancestrais – limitações humanas. A desmistificação do mundo físico, animada reciprocamente pela construção do “ponto-de-vista arquimediano”<sup>5</sup> e pela invenção de uma racionalidade auto-suficiente e suprema, fez abrir as portas da humanidade para o futuro. Este, depósito dos sonhos, abrigou a imagem do Homem como soberano do mundo, e justificou uma grave guinada na vida material e espiritual do Ocidente, fazendo da ciência a base de todo conhecimento válido, e da sua extensão tecnológica a própria razão da Razão. Como resumiu Humberto Mariotti, as “três características básicas” do pensamento moderno:

- a) a certeza de que a razão (consubstanciada na ciência e na tecnologia) resolverá todos os problemas humanos; b) a pressuposição de que os ainda não resolvidos o serão mais cedo ou mais tarde, dada a certeza e a inesgotabilidade do progresso científico; c) a ideia, daí

---

4 Em Horkheimer (2002), razão subjetiva, ou instrumental, própria do cálculo matemático, é aquela que se guia na medição de meios e fins, e que julga as coisas a partir da sua utilidade prática, instrumentalizando o mundo e, conforme a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, a própria vida.

5 Para Arendt, a “conquista do ponto de vista arquimediano”, ao lado do “descobrimento” da América e da Reforma Protestante, é o “evento” que melhor determina o “caráter” da modernidade. Esta “conquista”, ou mesmo “descoberta”, consequência da invenção do telescópio, fez surgir uma ciência que considerasse a natureza da Terra do ponto de vista do universo. Diz ela: “Precisamente no instante em que se descobriu a imensidão do espaço terrestre, começou o famoso apequenamento do globo. Em nosso mundo, cada homem é tanto habitante da Terra como habitante do seu país. Os homens vivem agora num todo global e contínuo, no qual a noção de distância, inerente até mesmo à mais perfeita contiguidade de dois pontos, cedeu ante a furiosa arremetida da velocidade. A velocidade conquistou o espaço [...]”. (ARENDE, 2004, p. 262).

decorrente, de que esse progresso nos conduzirá a um futuro cada vez melhor. (MARIOTTI, 1998, p. 7).

### **Ficção Científica e Modernidade: diversificando imagens utópicas**

Utopia se define, na “linha” conceitual de Ernst Bloch (2000; 2005), como impulso ao que está de fora, ao desconhecido, ao outro. Desejo de exílio, de superar o que aí-está, o utópico é não somente elemento constitutivo da existência humana, mas o que dá “sentido” a ela (Cf. BACZKO, 1985). Viabilizada subjetivamente pelo “sonho” (diurno) do querer-melhor, a Utopia é, antes que um projeto ou mesmo projeção, um estado de consciência, um “logos” (LIMA, 2008), um modo de se relacionar com o presente que, ao identificar suas precariedades, cria “furos” no espaço e no tempo (SOUZA, 2006), projetando o que Bloch chamou de *Novum*: o lugar-outro. No caso das “utopias concretas”, o lugar-outro é um lugar-melhor, de harmonia e paz social que, para o filósofo alemão, realiza o encontro harmônico e concordado do homem com a natureza (BLOCH, 2005, Vol. I p. 203), e, conseqüentemente, o humano melhor: livre, pleno, autônomo, feliz. U-topos: não-lugar, lugar indefinido, negação do agora.

Na modernidade, o desejo de superar o atual, as circunstâncias naturais e culturais que condicionam o que aí-está, seguiu e segue fluxo intenso, talvez progressivo, de multiplicação e diversificação de imagens utópicas. A Terra vista do ponto-de-vista arquimediano, a natureza convertida em matéria manipulável e previsível, e uma racionalidade científica posta a serviço do saber técnico, cada vez mais disseminada e hegemônica, dão à imaginação não somente meios e imagens de possibilidades outrora impensáveis, como plantam uma suspeita/certeza acerca da imprevisibilidade da história que mantém o pensamento alimentado pela ansiedade novo: da vida concebida artificialmente a experiências interplanetárias, passando pelo prolongamento da existência e do cotidiano guiado por tecnologias que encurtam distâncias e tempos.

Ao lamentar que a Ficção Científica não era academicamente respeitada, pois não havia sido descoberta enquanto “veículo dos sentimentos e desejos da massa”, Hannah Arendt apontou não especificamente para uma

possível – talvez pertinente em alguns casos – relação causal entre sonho e realidade, ou, dito melhor, entre antecipação ficcional e realização objetiva, científica, destas imagens projetadas; mas sobretudo para a capacidade que tem a literatura de articular, explorar e mesmo cultivar, no imaginário social, certezas e dúvidas, temores e esperanças: de fomentar e de, reciprocamente, captar imagens, desejos e expectativas, se apropriando delas, sendo, assim, um precioso fragmento da própria vida cultural da sociedade.

Gênero moderno por excelência, a Ficção Científica representa com destacada destreza o “sonho com o Outro”, realização imagética e ficcional de possibilidades utópicas, que põe em jogo a relação do mesmo com outros-possíveis, mas que, dadas suas especificidades, abre um horizonte temático estranho ao das “utopias sociais” (como as de Edward Bellamy, William Morris e mesmo Marx<sup>6</sup>). Não se trata de projetar a sociedade ideal no futuro, mas, mantendo a reflexão do mesmo através do outro, de pensar que vida e que mundo possíveis se descortinam nos caminhos e descaminhos da razão moderna<sup>7</sup>. Ao mesmo tempo em que se lança na trilha da não-impossibilidade da realização de qualquer façanha pela razão científica, planta também dúvidas e suspeitas sobre o futuro transformado por ela. Não somente o risco amplamente explorado do domínio humano pela inteligência artificial, mas dúvidas como as expostas por Arendt: até que ponto o desejo de superar as condições que “limitam” o humano não projeta um humano-outro, artificial, talvez não-mais-humano? Qual o limite do humano, se o desenvolvimento científico-tecnológico parece não ter limites? Até que ponto este mesmo desejo não figura uma rejeição humana a si mesma, um “desejo de fugir à condição humana”?<sup>8</sup>

---

6 Um conceito não marxista de Utopia, como o de Ernst Bloch, permite tratar o Estado comunista como uma das principais utopias sociais da modernidade, se não a mais influente. Não obstante, ligado à tradição dialética alemã, Bloch dedicou várias páginas ao pensamento de Marx – a rigor, foi Marx referência fundamental para a constituição da sua própria filosofia. Partindo de uma leitura blochiana da Utopia, Carlos Lima afirma que Marx inaugurou um “paradigma utópico”: “a utopia concreta da emancipação humana”. (LIMA, 2008, p. 124).

7 É este o “mote” temático do livro *Science Fiction and Philosophy* (2009), organizado por Susan Schneider, em que ela argumenta que a Ficção Científica, ao promover “experiências de pensamento”, é uma “janela para quebra-cabeças filosóficos”.

8 Citando Arendt (2004, p. 10-11): “Recentemente, a ciência vem se esforçando por tornar 'artificial' a própria vida, por cortar o último laço que faz do próprio homem um filho da natureza. O mesmo desejo de fugir da prisão terrena manifesta-se na tentativa de criar a vida numa

Um peculiar e delicado processo de redefinição ontológica do ser humano acompanha todo o desenrolar da Modernidade, e, embora a magnitude do tema faça de qualquer reflexão breve um convite ao equívoco, prosseguiremos ainda assim pontuando acerca da questão: a racionalidade moderna, que nasce de uma “intenção”, por assim dizer, cuja origem ainda que embrionária se pode apontar na renascença, de colocar o homem no centro do universo ético, político e histórico, acabou gerando o contrário, a eliminação do homem do, digamos, cosmos moderno, deixando em seu lugar o processo social, o progresso, a História<sup>9</sup>, a razão. No caso da ontologia, é também ambígua esta relação, que Adorno (2009, p. 65) chamou de “dialética fatal em si”: “a verdade que expulsa o homem do centro da criação e o adverte de sua impotência” fortalece o (re)encanto e a identificação com a natureza posta sob domínio; por outro lado, a metafísica que se funda no sujeito, o aprisiona em seu próprio eu “como punição por sua idolatria”. Eu-fixo que é um eu abstrato, e que corresponde, observa Olgária Matos, à natureza desencantada, com a “descoberta” do ponto-de-vista arquimediano converte também a subjetividade

---

proveta, no desejo de misturar, 'sob o microscópio, o plasma seminal congelado de pessoas comprovadamente capazes a fim de produzir seres humanos superiores' e 'alterar(-lhes) o tamanho, a forma e a função'; e talvez o *desejo de fugir à condição humana* esteja presente na esperança de prolongar a duração da vida humana para além do limite dos cem anos. [...] Esse homem futuro, que segundo cientistas será produzido em menos de um século, parece motivado por um rebelião contra a existência humana tal como nos foi dada – um dom gratuito vindo do nada (secularmente falando) [...]. *A questão é apenas se desejamos usar nessa direção nosso novo conhecimento científico e técnico* – e esta questão não pode ser resolvida por meios científicos: é uma questão política de primeira grandeza, e portanto não deve ser decidida por cientistas profissionais nem por políticos profissionais”. (Grifos em itálico nossos).

9 “[...] O espetáculo dos movimentos revolucionários que se sucederam à Revolução Francesa na primeira metade do século XIX produziu sensações inéditas em seus espectadores e consequências decisivas para as concepções de história. As intermitentes eclosões e resultados inesperados foram interpretados como manifestações de uma força única, autônoma em relação aos atores envolvidos, que eventualmente submergia para reaparecer mais adiante. De construtores da história, os revolucionários pareciam agora impulsionados por sua irresistibilidade, inaugurando-se o que Hannah Arendt denominou o 'espetáculo da impotência do homem a respeito da própria ação'. Termos como 'torrente', 'marcha', 'corrente' e 'fluxo', antes utilizados na referência à natureza, foram incorporados ao vocabulário político, de onde migraram para o conhecimento historiográfico em geral. O processo histórico parecia descolado dos seus atores. As filosofias da história do século XIX consolidaram a inversão do voluntarismo iluminista: a história deixava de ser vista como o resultado da vontade e da ação humanas para ser representada enquanto processo autônomo, independente dos homens e cuja força não se podia contrariar. Nas palavras de Arendt, '[o]nde ontem, isto é, nos dias felizes do Iluminismo, apenas o poder despótico do monarca parecia situar-se entre o homem e sua liberdade de agir, uma força muito mais poderosa emergiu subitamente, a qual compelia o homem à vontade, e da qual não havia salvação, nem rebelião, nem escapatória – a força da história e da necessidade histórica’”. (JASMIN, 1997, p. 11-12).

em “matéria para a razão” (MATOS, 2006, p. 110). E o resultado desta razão “que procura um ponto fixo, estável e seguro, não é o triunfo sobre a natureza exterior nem interior, mas o *cogito* – isto é, o *vazio*”. (Idem, p. 108). O homem acaba sendo, diz Luiz Bicca (2003, p. 12), um colocador de armadilhas nas quais ele mesmo é apanhado. No que se refere a um dos traços mais distintivos da chamada “modernização”, a entrada das máquinas no cotidiano urbano e privado dos indivíduos, disse Sandra Pesavento:

Por uma curiosa inversão, a máquina, humanizada, gigantesca, era a entidade monstruosa e infatigável que subjugava os trabalhadores, estes sim, verdadeiras peças ou engrenagens de um processo. A máquina se humaniza, enquanto o homem se coisificava. (PESAVENTO, 1996, p. 155).

No plano utópico do desejo de fazer do mundo um melhor lugar, cabe perguntar, na trilha das dúvidas de Arendt e da “dialética fatal em si” moderna (e/ou da “curiosa inversão” citada por Pesavento), o quanto de humano restará nesta imagem projetada pelo desejo do melhor. Até que ponto a invenção deste humano-outro artificializado, como resultado e veículo do desejo utópico por uma vida-melhor, livre de antigos males e limitações, não converte esta utopia em uma anti-utopia, ou seja, comprometendo o fundamento básico da utopia concreta e o seu próprio ponto de partida, que é o aperfeiçoamento da vida? A Ficção Científica (FC), cremos, não é capaz de responder a estas questões, como também não nos parece ser seu dever; tampouco pode, na sua heterogeneidade, sustentar uma posição unitária. Mas os põe me cena, e isto nos interessa, duvidando inclusive do Eu encarcerado em-si da tradição metafísica.

### **FC e o extremo-outro: antecipação e estranhamento**

A FC tem uma história particular, que se confunde em certos aspectos com a da Utopia, mas guardando suas peculiaridades. Suas longínquas origens se transmutam no tempo, podendo ser apontadas até mesmo na literatura clássica, como nos já citados textos de Plutarco e Luciano (Cf.

ROBERTS, 2005, p. 21-35; OTERO, 1987, p. 23-45), incorporando na Modernidade importantes elementos do romance gótico (FREEDMAN, 2000, p. XVI-XVII), que emprestam à sua narrativa elementos sombrios e a projeção de lugares geralmente pouco amigáveis. Contudo, àqueles que a chamam de ficção ou literatura “antecipatória”, o que mais chama marca a FC é sua disposição para o futuro<sup>10</sup>. Foi este o caminho apontado por Raymond Ruyer (*L'Utopie et les Utopies*), que, para Fausto Cunha, vê na *antecipação* a sua “manifestação mais filosófica”, o que a distingue das demais literaturas, sobretudo da fantástica. (CUNHA, 1972, p. 27). Para Cunha, Ruyer teria sido pioneiro ao propor uma abordagem filosófica do gênero literário, e o fez situando a *antecipação ficcional* no seu contexto histórico e associando-a ao que chamou de “nostalgia do porvir”, o *Fernstenliebe* nietzschiano: amor ao distante, ao futuro, ao longínquo. Em *Zaratustra*:

[...] acaso lhe aconselho o amor ao próximo? Antes lhe aconselharia a fugir do próximo e a não amar senão o longínquo! Acima do amor ao próximo há o amor pelo longínquo e ao futuro; acima do amor pela humanidade coloco o amor às coisas e aos fantasmas. (NIETZSCHE, 2005, p. 55).

“Uma das 'antevisões' prediletas da FC”, diz Braulio Tavares (1992, p. 27), “é o primeiro-contato-com-os-extraterrestres”. No amor pelo desconhecido, o futuro e o universo representam os dois não-lugares (u-topos) prediletos da imaginação que “antecipa”, de modo que escapar do hoje em diversos textos se confunde também com fuga da Terra. Até o lançamento do Sputnik, Isaac Asimov, por exemplo, que nasceu em 1920, havia já publicado cerca de 15 obras em que as tramas, ou se passam em outros planetas, ou em uma Terra não mais hegemônica, “mãe”. Além dele, autores como Arthur C. Clarke, Lester Del Rey e Philip K. Dick, nos anos 1940 e 50, além de terem feito da ficção científica um dos gêneros literários mais destacados da contemporaneidade, contribuíram para a divulgação do sonho da conquista do espaço, da libertação

---

10 “[...] existem casos de 'profecias' da FC que acabam se realizando tempos depois, o que levou muitos autores entusiasmados a acreditar que a FC deveria ir um passo à frente da ciência, prever seus desdobramentos futuros, antecipar-se a eles...”. (TAVARES, 1992, p. 25).

da Terra: então, “prisão” de todos os seres vivos.

Antes desta geração, contudo, responsáveis por “consolidar” o gênero (SCHOEREDER, 1986, p. 18; ROBERTS, 2005, p. 129), as obras de Julio Verne e de H. G. Wells, mesmo que em conteúdo e forma bastante distintas, contribuíram para fazer da FC uma literatura identificada com a “antecipação” aos feitos da ciência. Por exemplo, Verne, em *Rubor o Conquistador*, imaginou o Albatross três décadas antes do primeiro voo bem sucedido do helicóptero; e Wells, em *O Mundo Libertado*, escrito e publicado em 1914, antes mesmo do início da Grande Guerra, imaginara uma Europa dotada tanto de fábricas movidas por energia atômica quanto de bombas que se utilizavam do mesmo princípio, chegando a conjecturar uma devastadora Guerra nuclear deflagrada em 1956.

Embora o próprio emprego do termo “antecipação” revele uma interessante disposição – menos talvez do próprio texto, se é que nele ela existe, que da crítica e, digamos, do imaginário construído acerca dele – ansiosa por novidade, e seja, assim, um destacado sintoma do enfeitiçamento que o futuro (“científizado”) promove na sociedade ocidental moderna e contemporânea, a aproximação entre escritores de FC e o conhecimento científico em alguns casos é direta. João Camilo Penna cita dois: Wells, ano antes de publicar *A Máquina do Tempo*, obra conhecida por projetar o tempo futuro a partir da teoria evolucionista, frequentara aulas Thomas Huxley (tido como importante defensor das ideias de Darwin – ou, como chamava a si próprio, *o bulldog de Darwin*); e John Campbell, pioneiro nas histórias sobre computadores e robôs, fora aluno de Norbert Wiener, “o pai da cibernética, no MIT”. (PENNA, 2008, p. 187).

Escapando do determinismo do futuro para a FC, as críticas literárias norte-americana e inglesa têm em Darko Suvin uma importantíssima base teórica e conceitual, definindo-a como “literatura de estranhamento cognitivo”, e abrindo espaço para pensá-la como “uma literatura didática e pedagógica” que permite ao leitor “aprender com outros mundos” (PARRINDER, 2001, p. 8). Tomando de Ernst Bloch a noção do *Novum*, Suvin articula uma operação conceitual que fixa a FC como base ontológica e, portanto, historicamente

predecessora da própria Utopia: a narrativa da ficção científica projeta um *novum* “como espelho analógico, no qual interagem estranhamento e cognição, na construção de um mundo imaginário possível, outro em relação ao autor/leitor” (PENNA, 2000, p. 186). Diz Tom Moylan (2000, p. 57): “na FC o *novum* é o elemento *formal* que gera e valida todos os outros elementos do texto, da realidade alternativa ao enredo, personagens e estilo”.

Entretanto, nos parece que o *novum* que embasa a FC seja, ao contrário do que propõe Suvin, antes fruto de um *logos* utópico que fundador deste, não obstante a FC trace destino próprio na medida em que se solidifica enquanto gênero literário peculiar, sobretudo a partir de uma estrutura narrativa própria. O *estrangement effect*, que a dota de uma potência inclusive pedagógica, pois, ao imaginar mundos estranhos, diz Patrick Parrinder (2001, p. 4), “começamos a ver nossas próprias condições de vida a partir de uma nova e potencialmente revolucionária perspectiva”, se realiza, diz João Camilo Penna, buscando na tragédia uma função “mimético-catártica” que polariza, dentro do estranhamento, terror e identificação, repulsa e empatia, possíveis mediante à imagem do fracasso. O que funda a FC e a permite realizar o estranhamento, diz Penna, não é propriamente nem o *novum* nem a antecipação, mas a presença do inumano. Citemos inteiro seu argumento:

[...] O relato procura situar-nos na pele do protagonista de forma a nos perguntarmos: “Como você se sentiria e o que poderia ocorrer com você no lugar do protagonista, naquele mundo estranho ao nosso, povoado de seres desconhecidos?”. Eis portanto a matriz da definição de Darko Suvin: a ficção científica como “estranhamento cognitivo”. A identificação, a “piedade” no léxico rousseauiano, a simpatia ou empatia, como a psicologia clássica a denominará, retomam a função mimético-catártica, conforme Aristóteles chama o efeito essencial à tragédia ateniense, a função construtiva do que adiante será a literatura. Com uma diferença importante, no entanto, no caso da ficção científica: a distorção da estranheza, o resíduo irreduzível à humanidade, a transposição da figura analógica, a identificação com o inumano (ou o humano transfigurado, o pós-humano, etc.) se dá justamente quando essa identificação fracassa. O que implica que a função mimético-catártica continua funcionando – identificação e desidentificação sendo

reações programadas pela polaridade terror e piedade – mas de uma forma paradoxal. A ficção científica se expõe de essencial à identificação com aquilo que nos produz estranheza, terror: o inumano [...]: ela é bem-sucedida quando fracassa. Esta a função do inumano: fazer com que o humano fracasse e assim inventar o humano. (PENNA, 2008, p. 188).

A FC é bem-sucedida quando fracassa, e o inumano é a imagem do fracasso humano que faz cumprir o *estrangement effect* exatamente porque o protagonista, sobrevivendo em um mundo estranho e hostil, através do que Ricouer chamou de “identidade narrativa” se faz identificar com o leitor que, tomado de horror e *pitié*, é, digamos, convidado a se reinventar. Eis a função utópica do fracasso posto em cena pela FC: reinventar o humano. Pontuemos os conceitos.

### **Inumano, *pitié* e identidade narrativa**

O inumano não é antítese do humano, mas sua transfiguração: ele está além ou aquém da figura do “homem universal”. Nele se conservam características humanas atravessadas por outras, não-humanas, como a criatura de Frankenstein: o que causa angústia não é sua aparência assombrosa, mas a identificação nele de aspectos subjetivos que o leitor reconhece em si. Em outros termos, na figura inumana se pode reconhecer e identificar, mas não sem horror e estranhamento. O inumano é o outro, não em relação ao Eu propriamente, mas àquilo que o leitor pode definir como humano. E é com este duplo sentimento, paradoxal, de identificação e estranhamento, que a ficção científica quer alcançar o interlocutor: estimulando *pitié* a partir da figura inumana.

Por vezes traduzida como *piedade* ou *empatia*, e introduzida no universo filosófico por Rousseau, a *pitié* é o sentimento que permite ao humano, a partir das diferenças, identificar-se enquanto tal. Seria ela a paixão básica a partir da qual se pode compreender a bondade natural; a matriz última de todo laço social: através dela, o ser humano pode(ria) encontrar “o outro em mim”. Para Lévi-Strauss (1993), ao estabelecer o princípio ontológico da *pitié*,

Rousseau teria fundado as ciências humanas: o *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* teria sido o “primeiro tratado de etnologia da história”, que, com a denúncia do etnocentrismo europeu, pôs em destaque o problema dual entre Natureza e Cultura, fazendo da relação com o Outro seu foco central. Para Rousseau, a vida em sociedade conduz a uma degeneração da paixão natural (amor-de-si), podendo se converter no “mal-do-século”: o amor-próprio. Assim, a *pitié* pode evoluir para a consciência moral, como pode se enfraquecer, fazendo surgir o amor-próprio narcisista.

Para Lévi-Strauss, a *pitié* é base para as ciências humanas e sociais: a negação de si e a identificação ao outro é a negação do amor-próprio narcisista em resgate da *pitié* natural. Neste sentido, Penna afirma que o propósito da ficção científica é este resgate da *pitié*: ela cria um mundo outro possível em que a humanidade teria fracassado, e, com ela, a *pitié* natural, expondo o leitor àquilo que lhe produz estranheza e terror, ao mesmo tempo que identificação: o inumano. A ficção científica funda, assim, diz Penna (2008, p. 186), “uma nova antropologia, capaz de pensar o humano em bases não-humanas”.

Cumprir com esta “missão” é possível, não obstante, mediante uma abertura subjetiva que se realiza na e com a leitura, que Ricoeur chamou de construção da identidade narrativa, cujo ponto de partida é a suspeita de que o próprio Eu seja um elemento ficcional, ou ao menos narrativo. Se a narrativa...

[...] tem a capacidade de rescrever a vida, de modo talvez suportável, e de compreendê-la através das histórias que nos narramos, nossa vida será uma vida ensaiada, uma vida contada [...]. As histórias se relatam, a vida se vive, e ainda que pareça haver um abismo entre a ficção e a vida, esta é [...] um tecido de histórias contadas. (RICOEUR, 1999, p. 29).

Neste sentido, o Eu se forma através de narrativas que pretendem unidade, forjando a identidade em torno do que, em sentido, Sentido e direção, se tece como o mesmo, o idêntico, não-outro. Uma antinomia posta, diz Ricoeur, decerto uma aporia: que o eu, portador de um nome próprio pelo qual se identifica, e através do qual se dá a ação – o tornar-se agente e “autor” de si –, não seja o mesmo. Pois que o eu, a identidade, não é, em-si, o idêntico, mas

construído narrativamente como tal. “A experiência humana contradiz por completo a imutabilidade do núcleo pessoal”, e a literatura moderna, continua Ricoeur, confirma isto: “para construir uma personalidade, é preciso seguir narrando”. (p. 216-219).

Na leitura, “a experiência de troca corporal e intelectual contradiz a mesmice” (Idem, p. 217). O tornar-se-outro da experiência empática com o personagem põe em cena um jogo de alteridade que potencialmente suspende o próprio eu: o processo de apropriação do texto ficcional através da leitura, diz Ricoeur, leva o leitor a “dar lugar a toda uma variedade de mobilidades de identificação [com o outro]” (Idem, p. 228), que, na tragédia, “provoca no leitor a depuração das emoções do medo e da piedade” (p. 220). Afinal, diz Ricoeur, e isto tem importância significativa, “a ficção só tem virtude de manifestar algo na medida em que possibilita uma força transformadora” (p. 229). Isto posto, saltemos de volta à FC.

### **O dilema de Frankenstein**

*Frankenstein*, de Mary Shelley, obra tida por vários críticos e teóricos como a primeira do gênero (Cf. ROBERTS, 2005, p. XV), nos empresta aqui a imagem do Monstro de Frankenstein como uma importante metáfora do inumano que, diferentemente de outros tantos personagens-mitos que representam a ousadia do conhecimento, como Adão e Eva e Fausto, é fabricado pelo homem. É ele, diz Susan Hitchcock, o primeiro mito dos tempos modernos:

[...] Ele surgiu num momento decisivo da história ocidental, quando o universo moral estava mudando e quando alguém ousou acreditar que os avanços no conhecimento científico prometiam o domínio humano sobre o que, por séculos, fora só de Deus. A história do monstro de Frankenstein é um mito de reivindicação de um conhecimento há muito esquecido e de arcar com as consequências. (HITCHCOCK, 2010, p. 10).

Frankenstein, o homem, diz Hitchcock, “é tanto herói quanto vilão, aplaudido por sua coragem e gênio, ao mesmo tempo em que é punido por seu orgulho e sua transgressão”. No outro extremo, e este nos interessa, seu

monstro desperta, ao mesmo tempo, “temor e piedade; para os humanos que encontra, o monstro de Frankenstein é o outro extremo e, ao mesmo tempo, um espelho do mais profundo eu”. (Idem, p. 12).

O monstro faz testar no leitor sua capacidade de identificação com o protagonista mediante os desafios que enfrenta no decorrer da trama. Aqui, o modelo de estrutura narrativa amplamente explorado pela FC, em que a alteridade mais radical refere-se ao “meio”, ao ambiente, ao mundo, no mais das vezes, portanto, hostil, é invertida: alocada diretamente no protagonista. Abandonado, rejeitado e forçado a viver miseravelmente como punição por sua própria existência, o monstro constituirá uma subjetividade conflitiva – feita de revolta, solidão, desejo, inveja, arrependimento e compaixão – demasiado humana. A experiência narrativa da “troca” que “contradiz o mesmo”, em *Frankenstein* se inverte e completa: o outro é Eu.

Anterior à segunda revolução industrial, a obra de Shelley inaugura uma temática que veio a ser muito explorada no século XX: a conexão entre tecnologia e terror. O domínio da natureza pela razão científica aqui alcança a própria Vida, sugerindo que, lembrando Bacon<sup>11</sup>, guiando-se pela experimentação, a razão humana não tem limites. A Utopia moderna do progresso e do avanço da humanidade embasados na Razão e na Ciência encontra em *Frankenstein* apontamentos de crítica até então inéditos. Em carta de Victor Frankenstein a Walton, podemos ler:

Somos criaturas brutas, apenas semi-acabadas quando nos falta alguém mais sábio, melhor do que nós mesmos, para ajudar-nos no aperfeiçoamento da própria natureza – débil e falha [...]. Aprenda, pelo menos pelo meu exemplo, o perigo que representa a assimilação indiscriminada da ciência, e quanto é mais feliz o homem para quem o mundo não vai além do ambiente cotidiano, do que aquele que aspira tornar-se maior que a sua natureza lhe permite [...]. Eu seria o primeiro a romper os laços entre a vida e a morte, fazendo jorrar uma nova luz nas trevas do mundo. (SHELLEY, 1997, p. 32-56).

---

11 Em passagem do *Novum Organum*, citada na *Dialética do Esclarecimento*, Francis Bacon, “o pai da filosofia experimental”, afirma: “[...] a superioridade do homem está no saber, disso não há dúvida. [...] Hoje, apenas presumimos dominar a natureza, mas, de fato, estamos submetidos à sua necessidade; se contudo nos deixássemos guiar por ela na invenção, nós a comandaríamos na prática”. (BACON Apud ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19-20).

O dilema de Frankenstein, nascido, diz Hitchcock, da dúvida e do risco do conhecimento, que experimenta a ousadia da invenção frente ao temor da punição Divina, se apresenta outrossim, desta vez do forma inédita, acerca da “assimilação indiscriminada da ciência”. Pois o monstro, então, é não só metáfora do não-humano, mas da criação humana que põe em risco o seu criador: a razão humana cria tecnologias que se tornam uma ameaça à própria humanidade. A imagem da “rebelião das máquinas”, da inteligência artificial que destrona o homem, que representa o risco, aqui metafórico embora não impossível, do domínio da natureza, cria as bases, diz Penna (2008, p. 191), para a imagem do mundo distópico, “figura essencial da ficção científica contemporânea, desde as catástrofes científicas da Segunda Guerra Mundial”. Como escreveu Russell Jacoby, se “o século XVI nos deu um novo termo, 'utopia', o século XX nos deu 'distopia', ou utopia negativa, o universo de *Admirável Mundo Novo*, de Huxley, ou de *1984*, de Orwell, em que a utopia foi convertida em algo diabólico”. (JACOBY, 2007, p. 31-32).

Ao projetar um mundo inseguro e hostil, um *novum* que desperte estranhamento e *pitié*, a FC transforma a Utopia, talvez em seu conteúdo, mas certamente diversificando sua forma: não mais projetando o melhor-lugar. E o *topos* inseguro e desarmônico, característico da FC, pode ainda se tornar, como em *1984*, um lugar-pior: mau-lugar, *dis-topos*. Lugar este em que se é “acompanhado pelo pó áspero” e que “cheira a repolho cozido e a capacho de trapos” (ORWELL, 2002, p. 7). Sua função pedagógica de promover o querer-melhor sai da imagem mesma que projeta para, apostando na função trágica da narrativa, lançar-se a uma “antropologia do inumano”, como chamou Penna. Até porque, frente à sua alienação perante à razão, à história e ao progresso, e, sobretudo ao risco de que esse progresso, como escreveu Arendt (2001, p. 29), possa “mesmo disseminar o fim da humanidade”, talvez o humano não careça mais de ser afirmado, mas “reinventado”.

## **Bibliografia**

ADORNO, T. W. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

- \_\_\_\_\_. ; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ARENDR, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- BACZKO, Bronislaw. Utopia. Verbete. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.
- BAUDELAIRE, Charles. Exposição Universal (1855). In: **Poesia e Prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- BICCA, Luiz. **Questões Persistentes**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. 3 Volumes. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2005.
- \_\_\_\_\_. **The Spirit of Utopia**. California: Stanford University Press, 2000.
- CLARKE, Arthur C. **Perfil do Futuro**. São Paulo: Vozes, 1970.
- CUNHA, Fausto. Uma Ficção Chamada Ciência. In: Ficção Científica: o discurso da era tecnológica. **Revista de Cultura Vozes**, Ano 65, Vol. LXVI, Jun/Jul de 1972.
- FREEDMAN, Carl. **Critical Theory and Science Fiction**. Middletown: Wesleyan University Press, 2000.
- HITCHCOCK, Susan Tyler. **Frankenstein: as muitas faces de um monstro**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Ed. Centauro, 2002.
- JACOBY, Russell. **Imagem Imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- JASMIN, Marcelo. **Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política**. Rio de Janeiro: Access Editora, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Rousseau: fundador da ciência do homem. In: **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1993.
- LIMA, Carlos. **Genealogia Dialética da Utopia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- MARIOTTI, Humberto. Apresentação. In: MATOS, Olgária. **Vestígios: escritos de filosofia e crítica social**. São Paulo: Palas Athena, 1998.
- MATOS, Olgária. **Discretas Esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo**. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.
- MOYLAN, Tom. Look into the Dark: on Dystopia and the Novum. In: PARRINDER, Patrick. (ed.). **Learning form Other Worlds: estrangement, cognition and the politics of science fiction and utopia**. Durham: Duke University Press, 2000.
- MORUS, Thomas. **Utopia**. São Paulo: Atena Editora, 1958.
- NIETZSCHE, Fredrich. **Assim Falou Zaratustra**. São Paulo: Rideel, 2005.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2002.
- OTERO, Léo Godoy. **Introdução a uma História da Ficção Científica**. São Paulo: Lua Nova, 1987.

- PARRINDER, Patrick. Introduction: Learning from Other Worlds. In: \_\_\_\_ (ed.). **Learning from Other Worlds: estrangement, cognition and the politics of science fiction and utopia.** Durham: Duke University Press, 2000.
- PENNA, João Camilo. Máquinas Utópicas e Distópicas. In: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo.** Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 185-216.
- PESAVENTO, Sandra. O Imaginário do Progresso: as representações da máquina na Exposição Parisiense de 1855. In: BLAJ, Ilana; MONTEIRO, John (orgs.). **História e Utopias.** São Paulo: ANPUH, 1996.
- RICOEUR, Paul. **Historia y Narratividad.** Barcelona: Paidós, 1999.
- ROBERTS, Adam. **The History of Science Fiction.** Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.
- SCHOEREDER, Gilberto. **Ficção Científica.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- SCHNEIDER, Susan (ed.). **Science Fiction and Philosophy: from time travel to superintelligence.** Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.
- SHELLEY, Mary. **Frankenstein, ou o Prometeu Moderno.** Porto Alegre: L&PM, 1997.
- SOUZA, Edson Luiz de. Furos no Futuro: utopia e cultura. In: BARCELLOS, M. e SCHULER, F. (org.) **Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo.** Porto Alegre: Ed. Sulina, 2006, p. 167-180.
- TAVARES, Bráulio. **O que é Ficção Científica.** São Paulo: Brasiliense, 1992.